



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, NO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E TRÊS. (06-03-2023).

Ao sexto dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às nove horas e quinze minutos, foi realizada a Reunião presencial/por videoconferência Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente no prédio da Câmara Municipal de Mariana da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. **Participaram da Reunião:** os Vereadores Adimar Cota, José Antunes, José Sales, Manoel Douglas, Marcelo Macedo, Maurício Borges, Pedro Ulisses, Ricardo Miranda, Ronaldo Bento e Vereadora Sônia Azzi. **Registraram Presença:** Arlinda Coelho - Secretária Municipal de Administração; Corjesu Quirino, Procurador; Diego Carioca, IPREV; Edvaldo Andrade, Secretário de Governo; Elizângela Sara Sena Gomes, Diretora-Presidente/IPREV; Eloi de Melo, Conselheiro/IPREV; Erivelton Vasconcelos, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; Jonathan Chaves, Secretário Municipal de Saúde; Juvenil Cassiano, Contabilidade Municipal; Leonardo Rodrigues, Secretário Municipal de Obras; Marlon Figueiredo, Secretaria de Planejamento; Natália Clarice Araújo Batista, IPREV; Queli Madureira Campos Ferrarez, IPREV. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” o Vereador Manoel iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e consultou os Vereadores sobre a ata anterior, que foi aprovada sem ressalvas. Solicitou a leitura do ofício e deu prosseguimento com os projetos: **PL N.º 22/2023**, de autoria dos Vereadores Fernando Sampaio, Ricardo Miranda e Juliano Vasconcelos que Institui o selo “*Pet Friendly*” (animais de estimação), na cidade de Mariana como certificado oficial, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da Reunião Ordinária. Com a palavra, o Vereador Ricardo discorreu sobre o projeto, que diz sobre os locais que aceitem animais de estimação em suas dependências, visto haver pessoas que, por estarem cada dia passando mais tempo com seus animais, esses acabam ocupando o espaço familiar, então esse selo tem uma função importante, havendo estabelecimentos com essa aceitação dá mais liberdade aos tutores. Sabemos já existe mercados que adotam animais, assim como o supermercado BH da Vila Maquiné, que possuem um cachorro chamado Pirata, disse ser uma prática que vem crescendo e parabenizou os colegas Vereadores Fernando e Juliano por estarem apoiando o projeto. **PL N.º 14/2023**, de autoria do Vereador Marcelo Macedo, que “Dá denominação oficial ao logradouro público que menciona e dá outras providências”, ao que o Vereador Marcelo disse já ter sido discutido em comissão e que, havendo sido votado em reunião passada, foi retirado de pauta. O Dr. Corjesu mencionou ter faltado o mapa, com concordância do Vereador Manoel Douglas, que completou dizendo ter sido solicitado abaixo-assinado e assim, Comissão dispensou o projeto, por não estar



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

alterando o nome da rua, apenas oficializando o mesmo, ao que o Vereador Marcelo disse haver nome na rua principal, mas essa travessa foi nomeada pelos moradores, precisando apenas regularizá-la. O PL N.º 14/2023 possui pareceres favoráveis, colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da Reunião Ordinária. Em seguida, o Vereador Manoel passou ao PL N.º 17/23. Conforme solicitado, passou a palavra para a Sra. Daniele Cristina, da Secretaria de Cidadania, para falar sobre o projeto PROJÓVEM, ao que essa cumprimentou a todos, e disse ter solicitado participar da reunião para apresentar a esta casa as mudanças do PROJÓVEM que em dezenove de novembro de dois mil e vinte e um, o Executivo Municipal recebeu recomendação do Ministério do Trabalho, por estar em irregularidades da Lei Municipal N.º 3216/2021, que institui o PROJÓVEM no Município e durante esse tempo houve outras notificações, dia onze de dezembro de dois mil e vinte e um, houve a segunda notificação, e o Município só se manifestou em maio de dois mil e vinte e dois, quando estaria reformulando o projeto, tendo recebido novas notificações em julho de dois mil e vinte e dois, oito de novembro de dois mil e vinte e dois e vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois e, quando assumiram a pasta da SEDESC em janeiro, já havia movimentação a fim de regularizar essa lei pela Sra. Viviane, antiga Coordenadora do PROJÓVEM, juntamente com o Dr. Rodrigo Paiva, Sub-Procurador do Município e só agora conseguiram adequar conforme a recomendação e, assim, trouxeram a minuta para apreciação dos Vereadores. Uma das alterações é que a aprendizagem não pode dirigir os jovens ao mercado para empresa privada, tendo de passar por todo o processo de aprendizado e, ao estar capacitado, passar para o setor privado, e parecia que o Município estava passando o jovem para o mercado privado diretamente, sendo que isso deve ser um projeto em concessão de benefício para o setor privado, outra modalidade de projeto que deve ser concessão ao setor privado. Algumas pontuações foram realizadas pelo mesmo trabalho, sendo que uma delas institui a modalidade de emprego do adolescente e não o aprendizado profissional, pois essa modalidade não previa o vínculo empregatício do jovem, com carteira assinada, remuneração, décimo terceiro, férias, FGTS e recolhimento dos encargos previdenciários, que não estavam previstos na antiga lei. Outra pontuação é a impossibilidade de contrato direto do aprendiz pelo Município, recomendação que haja a contratação por uma entidade formadora voltada para questão do aprendizado, e a instituição deve estar cadastrada no Ministério do Trabalho e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, sendo um processo de contratação que o Município terá que fazer à empresa, sendo o Município um órgão de repasse e fiscalizador das ações. Outra exigência do Jovem Aprendiz que não constava na lei é a frequência escolar, que só pode ser dispensada se o jovem tiver concluído os estudos ou um jovem de distrito, onde não houver oferta desse tipo de qualificação e encerrar por algum motivo sua atividade escolar; mas a frequência escolar é um parâmetro de pré-requisito do jovem aprendiz. Outra questão é o público-alvo do Jovem Aprendiz, sendo que a lei antiga só previa a vulnerabilidade econômica, sendo necessário cobrir qualquer jovem vulnerabilidade social, não só econômica. Outra questão pontuada pela Sra. Daniele foi a exigência de o jovem estar residindo há dois anos na cidade de Mariana, o que excluía o público-alvo, pois a questão principal é o acolhimento do jovem em vulnerabilidade social ou econômica e essa permanência de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

dos anos tinha a possibilidade de excluir um jovem que estava apto a entrar no programa. Reforçou que a nova linha do PROJOVEM tem de ser inserida nos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, ficando vedada a participação do jovem no setor privado, porque essa é uma nova modalidade, onde o Município não pode pagar o jovem por esse serviço, sendo necessária concessão para o empresário. Disse ter sido encaminhada uma minuta do projeto, sendo cento e quarenta jovens inseridos no programa, setenta e um deles esperando capacitação para concluir, trinta e três jovens inseridos no setor privado e trinta outros jovens no setor público, com suas atividades. Disse terem encaminhado minuta com as alterações sugeridas pelo Ministério do Trabalho de Minas Gerais, com as devidas adequações; preferiram não encaminhar o projeto definitivo, mas a minuta, para conversar com os Vereadores e retirar dúvidas, podendo haver dúvidas no próprio SEDESC, e disse deixar em aberto para debater; salientou que na nova proposta, sanaram todas as pontuações elaboradas pelo Ministério do Trabalho. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento agradeceu ao Executivo, Procurador Rodrigo Paica e Dr. Israel Quirino, que deram agilidade a essa lei, e a Secretária trouxe a esta Casa, que se dedica ao cumprimento do dever legal, para que se trabalhe dentro do que a lei preconiza. Disse defender essa lei, pois se entende que a Cidade tem a ganhar, e parabenizou a Secretária Daniele e sua equipe, por colocar o projeto em apreciação dos Vereadores. Disse querer fugir um pouco do tema, por conta dos desdobramentos nas redes sociais sobre os desabrigados da Monsenhor Rafael Coelho e do Cabanas; mencionou os direitos humanos e disse ter entrado em contato com a Secretária, que imediatamente reportou todas as ações pactuadas em reunião, constituída do requerimento dos vereadores, que assim assinaram requerimento para comparecimento de todos os Secretários dessa Casa e, no dia dessa reunião, foi informado pela Secretária que já havia sido feita a pontuação e o direcionamento na fase final, para tirar as pessoas do Centro de Convenções (CC) e direcioná-las para onde estão hoje. Disse que o tema foi tratado em reunião anterior, tendo o próprio Vereador apresentado relatório à Casa como Comissão de Direitos Humanos, e quis saber da Secretária, já que foi citado o nome da Comissão de Direitos Humanos, não tendo sido repassado em no momento, mas como acompanha o trabalho feito pelos brilhantes Vereadores, se sentiu no direito e obrigação em entrar em contato com a Secretária para saber se esse direcionamento foi realmente compactuado com o Secretário de desmobilizar as famílias do CC à casa, anteriormente ao que foi colocado na mídia, pela responsabilidade de presidir a Comissão de Direitos Humanos e assim, estar atento às nuances que compreendem resguardar nossa Municipalidade. Disse não ter outorga para falar, por não ter estado presente na reunião e questionou a equipe técnica se havia sido tratado anteriormente ao que foi tratado na mídia, para resguardar essa Comissão e assim finalizar o relatório. Com a palavra, a Secretária Daniele agradeceu ao Vereador Ronaldo pela oportunidade, disse que esteve na reunião do dia primeiro e, na oportunidade, relatou aos Vereadores presentes que estavam programando a retirada dos desabrigados do CC, por terem reconhecido não ser uma situação adequada. Ao longo do carnaval enfrentaram muitas dificuldades no CC, não conseguiram apoio da Vigilância Patrimonial, o qual é a responsável, tiveram problemas com os desabrigados, que estavam permitindo a entrada de familiares e amigos no CC. Em questões pontuais,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

há empresa terceirizada no CC, que estava com fluxo dentro do CC, onde havia crianças, a empresa em determinado momento deixou de fazer a limpeza do CC, o que não é responsabilidade da SEDESC, mas efetuava diretamente a qualidade do serviço para com os desabrigados, alegando que não realizariam a limpeza porque a SEDESC tem o programa Renda Mínima. Disse que função do SEDESC é acolher e zelar pelas famílias e, como foi montada essa Comissão para analisar todo o impacto e a forma que concederá ajuda a eles, não estão conseguindo um trabalho ágil, por precisar de cadastro: das famílias e perdas e, como colocou em reunião anterior, naquele momento de tristeza é importante relatarem coisas pormenores, como talheres e utensílios domésticos e o cadastro está sendo feito nesse sentido. Disse estar em reforma a Unidade de Atendimento Masculino, à Rua Dom Viçoso; a princípio a ideia era levar todos os desabrigados para essa unidade, mas em discussão com equipe técnica, preferiram alocar as três famílias da Monsenhor Rafael Coelho à Rua Marquês de Pombal, por haver crianças em idade escolar e vínculos estabelecidos com o bairro. Disse que já havia uma família acolhida na Marquês de Pombal que, juntamente com outra do Cabanas, estão à Rua Dom Viçoso. Disse terem acolhido o público da Unidade Masculina na unidade de origem onde, a princípio, seriam alocadas todas as famílias. Disse ser importante discutir tecnicamente com a SEDESC, pois trabalham com vínculos, desde pessoais a territoriais e, quando pensaram na relocação dessas famílias, todas da Travessa Monsenhor Rafael Coelho foram para a unidade para mais próxima do bairro de origem e, pensando na proximidade com o CRAS, que é a referência dessas famílias, mantêm-se os vínculos. O Vereador Ronaldo agradeceu à Secretária e disse ter sido notificado da realocação, mas como foi colocado na mídia e pediu relatório da situação dos desabrigados do Cabanas e da Monsenhor Rafael Coelho. O Vereador Pedro perguntou ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos se ele esteve presente ou se sua fala era apenas baseada no vídeo publicado e disse ter estado no abrigo através da solicitação da atingida, Sra. Gabriele, e disse ser uma situação desumana, tendo mandado ofício para Comissão dos Direitos Humanos e Vigilância Sanitária, para ver se poderia estar sendo feito daquela maneira; disse que em reunião foi dito que as famílias não foram retiradas de lá por acolhimento, mas porque as casas estavam em reforma. Disse ter tido alegria quando recebeu ligação da moradora na sexta-feira, dizendo estar satisfeita com a casa. O que foi dito em reunião é que as famílias foram transferidas por conta da reforma, faltando a pintura. Disse ter sido informado que a pintura não foi realizada, e quis saber sobre, para informar à população. Disse que as famílias estavam lá desde o dia doze e que até sexta-feira passada não tinham sido remanejadas. Quis saber da Secretária e do Presidente da Comissão. Pela ordem, o Vereador Ronaldo disse estar reportando sobre a fala da reunião, que foi repassado pela Secretária. Disse que é que as informações para Comissão dessa Casa, tem que tomar ação no momento da notificação; parabenizou o Vereador Pedro pela atitude e, por se tratar de "ver e agir" que deve ser pontuada de forma hercúlea, não ficou na inércia aguardando a notificação. Disse ter visto o vídeo e que não precisou ir *in loco* para tomar a ação, por já ter as informações. Disse que o cidadão exerce seu direito de cobrar, a Comissão deve tomar ações ao ser notificada, deu exemplo do caso de injúria racial; disse que, no caso dos desabrigados, disse que não poderia esperar por se tratar de caso de vulnerabilidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

diante do apresentado pelo Vereador e que buscou quem tem informação. Disse que não participou da reunião, disse não saber o que foi tratado, mas que a resposta que a Secretária deu foi a base para responder como disse. Disse não ter recebido notificação formal e que o trabalho foi tão bem prestado pelo Vereador e a Secretária disse já ter sido tratada. De fato, nem se esperou segunda-feira para tomar ação, na sexta já foram feitas as mobilizações das famílias. Disse que o que ele tem que fazer é parabenizar o Vereador, que atua no que tem que atuar, independentemente da formalidade. As informações lhe foram passadas e ele queria que se colocassem as mesmas, para a população saber que a Comissão dos Direitos Humanos, mesmo não tendo sido notificada, agiu. Disse estar satisfeito que a situação foi resolvida. Em resposta do contraditório, pela Secretária foi dito que foi decidida, inclusive foi colocado aos Vereadores e Secretários presentes que estavam para ser resolvido, reiterou não ter ciência e, após ter observado o vínculo, tomou ciência das ações sendo feitas, o que a Secretária reportou a si. Como foi citada a Comissão, não poderia ter fiado inerte e parabenizou o colega e a Secretária pelo trabalho. Com a palavra, o Vereador Pedro agradeceu ao Vereador Ronaldo e disse que o vídeo foi feito com o consentimento e autorização das famílias. Pela ordem, o Vereador Ronaldo parabenizou o colega pelo trabalho, ação e atitude; disse trazer o que foi necessário para aclaramento e em resposta a população; reiterou ter agido assim que soube da situação. Com a palavra, a Secretária Daniele disse ter pontuado ao Vereador, Presidente da Comissão no dia primeiro, porque já havia uma programação para a retirada das famílias e também comunicou que o prazo era até a sexta-feira, o que foi cumprido no dia primeiro. No dia dois, tiveram a oportunidade de reunirem-se com o Vereador Pedro no gabinete do Prefeito, juntamente com as famílias afetadas, onde foram passadas algumas questões a realocação das mesmas. Disse ter tido dificuldade desde o dia do ocorrido, porque foram criticados, enquanto SEDESC buscaram roupas e toalhas usadas, porque entenderam que o Município deveria dar novas, mas não tinham o que ofertar, lembrando que um plano para dano de chuva deve ser feito com seis meses de antecedência, sendo que começaram a construir esse plano no dia quatro de janeiro. Disse que todos os presentes são solidários para com as famílias e que ofereceram o que possuíam naquele momento. Nada arrasado ou sujo foi levado, mas o que tinham em casa, porque essas pessoas estavam sujas e molhadas, o que não veem como condição humana. Disse que Vereador Pedro saiu da reunião sabendo todas as diretrizes que seriam tomadas, ouviu juntamente ao Prefeito Edson, reportaram todas as dificuldades enfrentadas e solicitou que o Vereador Pedro ajudasse com a retirada da empresa terceirizada do CC, para dar segurança e privacidade às famílias, pela perspectiva de chuvas fortes em março. O abrigo provisório deverá ser mantido e, para receber as famílias que precisam, deve-se adequar o CC, e pediu apoio a todos os Vereadores para retirar essa empresa, juntamente de outros departamentos da Prefeitura, porque quando existem pessoas acolhidas, eles precisam da ajuda de todas as Secretarias de Mariana, além de segurança e limpeza, e o CC adequado para recebê-las. Em relação às Unidades de Acolhimento (UA), são três: duas à Rua Dom Viçoso, uma unidade feminina e uma masculina, e a unidade da Marquês de Pombal, que estava com uma família acolhida, além de haver a necessidade de reformar a masculina, pois devido a uma rachadura na parede, eles foram levados à unidade feminina. Disse terem



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

decidido levar as quatro famílias que se encontravam no CC à UA masculina da Rua Dom Viçoso, mas pensando bem, tinham três famílias da Monsenhor Rafael Coelho e uma do Cabanas, mas, dando prioridade à manutenção dos vínculos, alocaram as famílias para as unidades mais próximas de suas residências, e reiterou a necessidade de manutenção de vínculos e as crianças na escola. A família que estava Marquês de Pombal foi transferida com a família do Cabanas para a UA feminina e essa não está pintada no momento, porque estava acolhendo os homens da unidade masculina, mandados para lá por ser uma unidade maior e, como deveriam ser duas famílias a serem atendidas, essas foram para a unidade feminina. Disse que todas as unidades tem condições dignas para receber as famílias, tendo berços, camas, geladeira, micro-ondas e todos os utensílios. Disse que as famílias perderam a condição de suas casas, mas não a condição econômica, e disse que isso é importante frisar, pois muitas vezes o SEDESC acaba recebendo demanda que não os cabe, como demanda de medicação, comprada pelos bolsos dos próprios funcionários, por não haver disponibilidade da mesma; disse não estarem momento algum fugindo das responsabilidades, mas atendendo às demandas que não cabem à Secretaria de Ação Social. Com a palavra, o Vereador Pedro respondeu à Daniele, dizendo que, no dia da reunião, foi dito que as famílias não haviam sido encaminhadas porque estavam esperando a reforma e, salvo engano, com propriedade, que estavam apenas esperando as pinturas e elas seriam remanejadas. Disse ter recebido a informação no dia anterior de não haver pintura no UA; disse estar cobrando agilidade, não está criticando o abrigo provisório, mas em seu entendimento, esses abrigos devem acolher por dois ou três dias e depois remanejar com segurança e comodidade, disse esperar que, já que a previsão é de chuvas fortes, que a Secretaria de Vigilância faça seu relatório, porque eles viram a situação, não tendo nem geladeira comunitária; disse que a Secretaria de Desenvolvimento Social deve, dentro da sua possibilidade, adequar o que a Secretaria de Vigilância Sanitária propõe, sendo esse o intuito. Disse concordar com a Secretária quando pede apoio para a retirada do escritório da empresa do CC e que deve-se pedir providências do Prefeito Interino. Cobrou agilidade. Agradeceu pela atenção, já que o assunto não estava em pauta. Com a palavra, a Secretária Daniele disse que, a princípio, levariam as famílias para a unidade pintada e reiterou a manutenção de vínculos e que a SEDESC trabalha com transparência. A Sra. Arlinda falou sobre a empresa que está no CC, disse que o que acontece é que o Município absorveu a mão de obra da empresa terceirizada e os colocou a serviço da Secretaria de Meio-Ambiente, os funcionários estão no CC, por ser onde fica a Secretaria; disse que a relação dos funcionários com a Empresa APPA é ao nível administrativo, ou seja, não é terceirização de serviço, é terceirização de mão de obra, informou já ter formalizado isso junto ao Município e já ter iniciado a busca pelo imóvel, mas devido à burocracia, o processo não foi finalizado. Reiterou que empresa não está no CC, mas os profissionais disponibilizados pelo Município, ao que o Vereador Manoel agradeceu. Pela ordem, o Sr. Erivelton agradeceu a todos e disse a Sra. Arlinda protocolou na Secretaria de Administração, pois entendeu que a lei prevê convenções entre empresas. Quando chegou na Secretaria, o abrigo já estava sendo produzido, eles protocolaram uma CI junto à Arlinda, pedindo a retirada da Empresa APPA de lá, uma vez que o abrigo provisório estaria indo para lá, disse não ser possível



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

manter os dois no CC e que não é um problema com a empresa em questão, mas não há condições de ter empresa e abrigo juntos. Disse ter informações extraoficiais, salvo juízo, de que funcionários da APPA estavam entrando no abrigo e tirando fotos de crianças e suas famílias, não tendo condições do abrigo e empresa funcionarem juntas. Disse ser sabido que o abrigo veio depois que a empresa estava lá, mas notificaram, enviando o ofício à Secretaria de Administração, e a Srª. Arlinda deixou claro já estarem tomando as providências junto da Secretaria de Meio-Ambiente a fim de retirar a empresa; não se está nem discutindo a legalidade, mas a condição da empresa estar junto do abrigo. A Sra. Arlinda disse ter falado isso no final de sua fala, em momento nenhum estão defendendo a permanência da equipe de trabalho no CC; disse não se tratar de empresa terceirizada, porque seria ilegalidade, mas os funcionários que atendem ao Município. Pela ordem, o Vereador Marcelo disse querer contribuir com a discussão e que participou da reunião junto da Secretária Daniele, do Sr. Erivelton e outros servidores da SEDESC e disse confiar em todo o seu relato; disse entender a preocupação do Vereador, que também é uma preocupação do Município e desta Casa e todos os Vereadores, devendo dar condição da Secretaria trabalhar, não só a Secretária Daniele, mas todos os outros, pois se sabe haver dificuldade. Sobre a questão da APPA, quando foi levantada nessa reunião, disse ao Prefeito que deve-se notificar a empresa, ao que disseram ter notificado a Sra. Arlinda e pediu ao Prefeito para resolver a situação junto aos funcionários da SEDESC e Vereador Pedro. Disse que um funcionário da APPA, aparentemente chamado Léo, estava efetuando filmagem do abrigo; disse achar ser o Léo o responsável pela administração da APPA, sendo que no passado ele efetuou uma filmagem, ao que o Vereador José Antunes disse que a Sra. Arlinda pode contribuir com as informações sobre esse funcionário, ao que ela confirmou que ele é um servidor, juntamente das varredoras; disse que ele está lá na condição de coordenador, mas é um funcionário terceirizado, colocado à disposição do Município. Em relação ao relato da filmagem, ela disse precisar de contexto formalizado para acionar a empresa. O Vereador Marcelo continuou, dizendo que o Município deve tomar providências e questionou como uma empresa terceirizada possa estar em prédio da Prefeitura. Disse que as situações das pessoas nos abrigos são desumanas e tem relação com a falta de organização do Município; disse entender que na hora era onde tinha espaço para as pessoas, mas que devem-se pensar políticas públicas e questionou a falta de um abrigo para famílias; disse que a Cidade arrecada seiscentos milhões de reais não pode ter pessoas dormindo na porta da Prefeitura, onde relatou ter visto três moradores de rua dormindo. Disse que, no local do contêiner de lixo, nem dá para passar, pelo odor de urina e fezes. Disse que deve-se pensar no futuro da Cidade, que é rica, com o maior orçamento da história. Agradeceu pela oportunidade de ter participado da reunião e disse ser desumana a forma que a máquina pública está tratando a população. Parabenizou a Secretária, que reportou na reunião a situação dos desabrigados, e pela sensibilidade com a qual tratam essas pessoas. Disse ver o compromisso que foi feito naquele momento; disse que a responsabilidade não é só das secretarias, mas do Município todo, assim como dessa Casa de Leis e que todos os Vereadores estão preocupados em resolver a questão de Mariana. Com a palavra, a Secretária Daniele disse ter vindo a casa para tratar da minuta do PROJovem, sendo que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

protocolaram o projeto definitivo. Com a palavra, o Vereador José Sales cumprimentou a todos e disse ter perguntas: disse que, de trezenos jovens atendidos, passaram a cem e quis saber o motivo, ao que a Secretária Daniele disse haver a necessidade da redução, visto que antes era cedido somente o benefício de seiscentos reais, mas como devem ser assinar carteira, fazer os recolhimentos previdenciários, tendo a previsão de que esse valor vai dobrar; disse não terem trazido o impacto orçamentário, visto que devem-se respeitar a previsão dos gastos aprovada por esta Casa, e disse acreditar não ser possível atender o mesmo número de jovens devido aos encargos, e deve-se entender que o investimento do Município para cada jovem vai dobrar - conforme a CLT, os encargos devem ser dobrados, ao que o vereador José Sales questionou sobre a possibilidade de se aumentarem o número de jovens atendidos para cento e cinquenta, visto que o valor previsto é de mil e trezentos reais, e, ao se realizar a projeção, o valor contemplaria em torno de cento e cinquenta jovens, ao que a Secretária Daniele disse estarem analisando internamente com cautela e, com a atualização do salário mínimo, esse número de cem jovens é o que foi previsto pelos estudos preliminares, discutirão com o planejamento e comunicarão oficialmente à Casa. O Sr. Erivelton disse que, aproveitando a presença do Sr. Marlon, podem-se consultar o Planejamento, pois o aumento de cem para cento e cinquenta jovens implica num impacto financeiro, o que duplica o valor e podem realizar a projeção junto ao Sr. Marlon, a fim de verificar se o Município comporta o impacto de cento e cinquenta jovens. Disse que, caso haja o amparo financeiro, é possível contemplar cento e cinquenta jovens. O Vereador José Sales opinou que o projeto deve ter até cento e cinquenta, dependendo do orçamentário, por se tratar de um investimento. O Sr. Erivelton disse haver aumento de salário, que vai para mil trezentos e vinte reais e, à época do Jovem Aprendiz, não havia aumento, mas com ele, mais todos os encargos, o valor total passa para mil e quinhentos reais. O Vereador José Sales perguntou se o jovem recebe mil e trezentos ou só a bolsa, ao que o Sr. Erivelton disse que ele recebe a bolsa, pois a empresa que for contratada futuramente dentro do processo licitatório legal também possui custos, o que não foi discutido ainda, pois será feito dentro da análise pelo edital, chamado termo de referência. O Vereador José Sales perguntou se será apresentado no projeto; com a palavra, o Vereador José Antunes concordou com sua fala sobre o jovem ser investimento até para preparar melhor a Cidade; opinou ser pequeno o número de cento e cinquenta jovens contemplados, em comparação com os trezentos anteriores, e quis saber dos responsáveis qual valor será investido, e disse que buscaria informações do Sr. Luciano, disse ser projeto social importante, mas da forma como estava, parecia que o objetivo era "fazer farra", tendo havido pix e reiterou tratar-se de investimento; disse que Mariana nunca teve uma arrecadação como a atual e, contemplando-se cento e cinquenta jovens, a Cidade não crescerá, devendo-se investir neles, que são o futuro da Cidade. Pela ordem, Vereador Marcelo disse que o Vereador José Sales se posicionou com muita sabedoria, pedindo para aumentar a quantidade de jovens para cento e cinquenta, e que se vê sua preocupação com a qualificação dos mesmos, opinando ser um projeto importantíssimo para a Cidade, que deve ser pensado com responsabilidade, para que o jovem saia dali qualificado e pronto a ser introduzido no mercado de trabalho, sendo essa a função da Secretaria, que tem esse compromisso e a Daniele, que está à frente da pasta, vai



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

conduzir dessa forma, que é o que se espera da Secretaria. Disse que esse projeto com certeza será discutido mais vezes e, independente da quantidade de jovens, seu voto será favorável, mas apenas após o projeto completo, pois terá a segurança que será executado; disse ser importante pedir o impacto à Comissão de Gastos. O Vereador José Sales disse que a possibilidade anterior era até vinte e quatro anos, tendo hoje no projeto dos dezesseis aos vinte e um, então perguntou sobre a possibilidade de aumentar a idade. Pela ordem, o Vereador Maurício cumprimentou a todos e disse estar ouvindo atentamente à discussão do projeto; parabenizou a Secretária Daniele, que vem demonstrando seu potencial; disse ter conversado com ela, quando pontuou querer enviar o projeto a esta Casa e dizer que houve evoluções, antes era Jovem Aprendiz, onde o jovem ficava no ambiente das secretarias do setor público, através do José Sales em discussões houve alteração no perfil do programa, veio a se chamar PROJovem, no qual têm-se parcerias com o comércio local, e observa-se que o projeto vem utilizando cada vez mais, fruto de muito trabalho, nada é perfeito, havendo recomendações trabalhistas para se mudar o perfil do programa. Disse que muitas vezes, o jovem que trabalha em comércio, deve estender o horário “por fora” para fazer complementação de renda, o que não é o objetivo principal do projeto e dizer que, a forma na qual o projeto vem, valorizando o jovem a ter seus direitos, como férias, CLT, décimo terceiro, INSS, coisas muito importantes; disse estar satisfeito e com convicção de que realizarão votação para um projeto que funcionará de forma que traga essa capacitação para o jovem, como dito pelo Vereador Marcelo. Disse poderem contar com seu apoio e que está na expectativa; ressaltou a fala da Sra. Daniele sobre haver jovens em dupla vulnerabilidade, e que serão incluídos, mesmo aquele jovem cuja renda não estaria no perfil, não excluindo ninguém, mas dando oportunidade àqueles com perfil vulnerável e vagas para atender a esse público. O Vereador Manoel disse ser muito importante valorizar os jovens e que ele apoia o projeto. Disse que devem ser valorizados e não usados pelo sistema, havendo rachadinha com pix, como mencionado. Com a palavra, a Sra. Daniele agradeceu a oportunidade se comprometeu em colocar a possibilidade de cento e cinquenta jovens e que, antes de protocolar, vem à Casa discutir mais uma vez e realizar as alterações necessárias. Em continuidade, o Vereador Manoel realizou a leitura do **PL N.º 17/2023** e consultou o Vereador sobre trocar a ordem da minuta, ao que esse assentiu e disse que a Casa não recebeu as informações referentes ao IPREV e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), não recebeu. E solicitou que não se faça isso mais, porque do IPREV solicitou respostas, já que do IPREV receberam hoje e da UPA ainda está dentro do prazo; disse que se devem se cumprir os prazos para não se votar de qualquer jeito, para que recebendo com antecedência, pode-se avaliar melhor e caso as receba em plenário, criam-se discussões; disse ter sido encaminhado o pedido no dia vinte e sete de fevereiro, pedido de questionamento da UPA, que não receberam até a presente data. Pediu que se registrasse em ata que as perguntas não foram respondidas nem os pedidos foram encaminhados a esta Casa em tempo hábil. O Vereador Manoel passou então ao **PL Complementar N.º 186/2022**, de autoria do Vereador Ronaldo Bento, que “Cria cargos e funções de confiança na estrutura administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana (IPREV Mariana); altera a **Lei Complementar Municipal N.º 173/2018** e a **Lei Complementar Municipal N.º**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

190/2019 e dá outras providências”; com a palavra, o Vereador Marcelo solicitou a leitura da resposta do ofício N.º 186/2022 da Comissão de Contenção de Gastos, ao que o Vereador Manoel assentiu e realizou a leitura do ofício N.º 08/2023, tendo a Comissão deferido o **PL complementar N.º 186/22** com três votos a favor e dois contra, manifestando-se favoravelmente. O Vereador Marcelo agradeceu e quis saber quais foram os três votos favoráveis e os dois contra; com a palavra, o Sr. Presidente da Comissão disse que os três favoráveis foram Sra. Arlinda, o Procurador Rogério e Sr. José Carlos e os contras foram os Srs. Juliano Barbosa e Edvaldo Andrade. O Vereador Marcelo agradeceu. O Sr. Presidente da Comissão disse ter sido estabelecido pela mesma que o presidente, ou coordenador só vota em caso de empate, como voto de minerva. Disse parecer impossível haver o empate, mas acontece bastante. Em continuidade, o Vereador Manoel disse ter estado em reunião interna com a Sra. Elizângela e os membros do IPREV, e por isso já tem conhecimento do projeto, mas aproveita-se a oportunidade para se falar dele de forma pública, até mesmo para os colegas terem ciência do projeto. Com a palavra, a Sra. Elizangela cumprimentou a todos e disse que, como o Vereador Manoel mencionou, estiveram na Casa dia dez de fevereiro explicando o projeto e, o Procurador Dr. Rogério também participou; disse ter solicitado reestruturação, a criação de alguns cargos de confiança, que seria uma gratificação para servidores que estiverem em sua estrutura, como auxiliar de comunicação, auxiliar de informática, benefícios previdenciários, analista de investimento e pessoal do serviço administrativo; pediram essas funções porque os servidores farão além das atribuições do concurso; pedem também a criação de mais cinco cargos de auxiliar administrativo, por terem cada vez mais exigência da Secretaria de Previdência, e mais demandas, tendo em vista o ingresso do servidor no serviço público, tendo várias demandas de pedidos de aposentadoria dos servidores. O cargo de analista de investimentos foi recomendação de uma auditoria da Secretaria de Previdência, que deixou em relatório a sugestão de ter no quadro de servidores, um profissional responsável pela análise de investimento, área técnica, na qual se faz necessária capacitação específica. Além disso, para os cinco cargos de investimento, há um concurso vigente que expira em novembro, pretendendo chamar mais cinco cargos de auxiliar administrativo aproveitando esse concurso, por ser dispendioso ao Município realizar novo concurso, tendo prazo legal, devendo chamar esses cargos que já provaram, perante a Comissão, serem necessários em sua estrutura. Disse que tiveram a análise de gastos que o Município está realizando preventivamente, devido à demora que o projeto foi enviado à Câmara ano passado e se reuniram internamente para estabelecer a Comissão de Confiança e não terão mais a Comissão de Licitação, que seriam três funções de confiança, tendo sido extinguida a comissão pela nova lei de licitação. Colocou-se a disposição para sanar dúvidas. Com a palavra, o Sr. Diego cumprimentou a todos complementou a fala da Sra. Elizangela, dizendo que haver concurso vigente lista de espera do concurso, mais cinco auxiliares administrativos, porque só conta com três, e contratando cargo de confiança no setor de contas, pois a partir de abril haverá mudanças e, com elas, cria-se a função para o setor de contas; atualmente contam na estrutura três funções de membros de apoio, e pregoeiro, extinguindo-se as mesmas, sendo criado o setor de compras; também estando sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

criada, com a demanda do eSocial, aumentou muito demanda no setor de RH, na Secretaria Administrativa e Financeira, criando função pro servidor que acompanhará o eSocial, e as outras funções na área de Tecnologia da Informação (TI) porque era dois mil e vinte e um foram certificados no Pró-Gestão nível II, um reconhecimento pela Secretaria de Previdência de excelência de gestão, e a própria auditoria da previdência de dois mil e dezenove que encomendou essa segregação de função nos investimentos, também recomenda a área de TI que é uma área de risco, para acompanhamento; assim, o impacto foi enviado à Casa, com todo um estudo discutido com a diretoria e o conselho fiscal do instituto, no Conselho de Previdência. Disse se tratarem de funções técnicas e todas elas serão ocupadas por servidor efetivo da própria autarquia, pois o que se espera é prezar pela continuidade do serviço público, necessitando essa estrutura mínima no instituto. Com a palavra, a Sra. Elizângela reiterou terem realizado internamente e preventivamente é que, ao se elaborarem a minuta e a justificativa da reestruturação, pensavam-se em criar o cargo de gestor de investimento, comparável, na remuneração, ao cargo diretoria. Estudando-se o impacto financeiro, tendo em vista já ter havido reestruturação em dois mil e dezenove, referente à criação da Comissão de Licitação, já sabiam como é o fluxo, então transformaram o cargo de gesto de investimentos que teria remuneração de diretor, passaram para analista de investimentos, e tendo uma função de confiança de dois mil reais, reduzindo os gastos, visto que na primeira proposta enviada ao Executivo, o impacto era muito maior, o que já foi reduzido. Discutiram essa questão ao Conselho e, atendendo às suas deliberações, enviaram uma proposta "mais enxuta" que os atendesse. O Vereador Manoel disse ter tido questionamento sobre esse cargo, porque pela forma de provimento também se entendia que esse cargo não teria autonomia da forma prevista para sua importância; assim, como foi dito, teria maior impacto, mas no entendimento alheio, a criação de cargo daria maior autonomia para essa pessoa questionar e trabalhar; pediu que esclarecesse a questão, se realmente procede à informação, ao que a Sra. Elizângela disse não haver impacto porque a forma de provimento é a mesma, a partir de processo seletivo, com a certificação exigida pela Secretaria de Previdência; e, para o cargo com a nova certificação da Secretaria de Previdência, exige que os membros do Comitê de Investimento tenham certificação específica então, para ocupar a função, deve ter a mesma certificação; dessa forma, a autonomia seria a mesma, a forma de provimento é a mesma, já devendo possuir certificação ou, tendo interesse, deve submeter-se a prova, podendo então concorrer ao cargo e, ainda, havendo outros pré-requisitos inclusos no projeto, como graduação, certificação e, posteriormente, critérios de desempate; a única coisa que mudou foi a remuneração, ao invés de ter cargo equiparado à diretoria, terá uma gratificação de dois mil além de salário. Disse que os membros do comitê tem a mesma exigência e colocaram isso em reunião, tanto com o comitê quanto os conselheiros, com concordância dos mesmos, além de terem instituído Comissão Interna para estudo e análise da reestruturação. Só a questão desse cargo de analista de investimentos foi discutida no final do segundo semestre de dois mil e vinte e dois, tendo em vista que o projeto ficaria parado a pedido do Executivo, que na época não era favorável. E assim, fizeram o projeto bem enxuto, para não precisarem da reestruturação. Reiterou o provimento ser o mesmo. Colocado em votação, o PL



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Complementar N.º 186/2022, foi aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da Reunião Ordinária. O Vereador Marcelo solicitou que se anexe o ofício da Comissão de Gastos ao projeto. A Sra. Elizangela agradeceu aos vereadores. Em continuidade, o Vereador Manoel passou ao **PL N.º 17/2023**, de autoria do Prefeito Municipal em Exercício, que “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente para a conclusão das obras da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e dá outras providências”, conforme ofício, e passou a palavra ao Vereador Marcelo, que disse que o ofício encaminhado não foi só solicitação sua, mas das comissões; disse estarem nele as perguntas, precisando esclarecer, item por item, como no requerimento, e realizou a leitura do mesmo. Pela ordem, o Vereador Ronaldo pediu disse fazer questão de estar presente, visto a importância do projeto, atrasando, inclusive, compromisso prévio. Elogiou a Secretaria de Obras e disse acreditar que os desdobramentos a serem feitos sobre o aporte de quatro milhões para a gestão do Exmo. Sr. Edson Agostinho, disse acreditar que Secretaria de Obras e Sr. Marlon desdobrarão os motivos desse valor não ter entrado em orçamento pretérito, e opinou ser melhor explicar pelo planejamento. Reforçou a continuidade dessa obra para a Cidade, já que o planejamento anterior acarretou grandes prejuízos à população devido ao local da construção; disse ser necessário dar continuidade às obras, não só da UPA São Pedro, mas todas aquelas que tiveram seu início durante a gestão, para dar-se tranquilidade à população, pois hoje se percebe como as coisas tem-se tornado dentro das propostas e ações; dito isso, na história de Mariana, há programado para mês de março, a arrecadação do Cfem de trinta e três milhões de reais, o que dá tranquilidade para que as obras não só da UPA, mas da estrada da Vargem, faz-se possível resolver os problemas enfrentados pela população, da Câmara de Mariana juntamente com o Executivo, e colocar o que a população almeja, parar de politicagem e colocar a Cidade para rodar como precisado; disse que o Cfem no mês de março dará condição para “colocar Mariana voando” para resgatar aquilo que foi iniciado, além de abrir novas frentes. Colocou-se a disposição e agradeceu às secretarias. Pela ordem, Vereador José Antunes disse que, aproveitando a fala do Vereador Ronaldo, disse ser parte interessada, assim como todos os Vereadores; sobre a estrada da Vargem, ver o quanto mais rápido para estar instalando aquele asfalto, e que cobrará diariamente. Disse que o asfalto de Padre Viegas a Barro Branco e Mainart, ele cai e, ao invés de fazer um serviço bem efetuado, joga-se piçarra branca, misturada com materiais para não cair. Disse que aquilo estava virando bagunça, que se começa com maquinário por baixo, compacta com terra vermelha e hoje estão jogando areia, a piçarra branca, e pediu auxílio para essa obra. O Vereador Manoel passou a palavra ao Sr. Marlon, Secretário de Planejamento, que agradeceu pelo espaço e disse que o **PL N.º 17/2023** tem uma questão preliminar muito importante, que deve ser tratada. É um projeto de crédito especial, segundo a Lei N.º 4320/1960, artigo 41 inciso 2º, para aprovação de créditos que não constam em orçamento vigente, ou seja, é para aquelas despesas que não estão cobertas por dotação orçamentária específica para o atendimento da demanda, não é um projeto de crédito suplementar, mas para reforço de dotação orçamentária, mas um projeto para inserir no orçamento vigente ação que não estava prevista quando da aprovação do orçamento; Como o Vereador Ronaldo Bento tinha acabado de dizer, e sabido de todos, a obra deveria ter sido concluída no ano



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

passado, o que não aconteceu por período chuvoso; disse que o contrato dessa obra foi assinado em dezesseis de outubro de dois mil e vinte e um, com a conclusão prevista para um ano e, a mesma deveria ter sido concluída em quinze de outubro de dois mil e vinte e dois. Dito isso, opinou ser importante frisar não havia previsão orçamentaria, visto que o **PL N.º 17/2023** foi protocolado nesta casa como PL em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois e o orçamento veio para esta Casa antes do prazo final de execução contratual da obra da UPA, ou seja, naquela data não havia nenhuma previsão, muito menos orientação técnica acerca da não-conclusão da obra. Junto dos Srs. Márcio e Juninho, participaram de uma série de tratativas em relação ao orçamento de dois mil e vinte e três, com todas as secretarias e em momento nenhum isso foi colocado. O Sr. Jonathan, Secretário de Saúde, assim como o Sr. Danilo participaram de reunião, na qual não foi dito a respeito da impossibilidade da conclusão das obras da UPA dentro do exercício de dois mil e vinte e dois, ou seja, o orçamento veio a essa Casa, tendo sido aprovada por unanimidade sem essa ação; a ação que existia naquele momento referente à UPA era para aquisição de equipamentos e mobiliários, que continuam no orçamento vigente, e disse ser simples compreender o motivo, pois, havendo ação para compra de mobiliário e equipamento, subentende-se que a edificação estaria concluída, e assim foi votado; disse que nada mais é que um projeto para acrescer ao orçamento vigente uma ação programática, nos termos da lei; a questão de discussão de valores é uma condição secundária, pois não adianta discutir os valores agora, se sequer tiver ação no orçamento, não adiantando se discutir crédito complementar ou suplementar por decreto, dentro de vinte e cinco por cento de movimentação discricionária se não existir no orçamento. Sendo uma questão iminentemente de técnica da inserção dessa ação programática no orçamento de dois mil e vinte e três. Com relação aos valores, o que foi enviado para esta Casa está na ordem de quatro milhões, que se aproxima ao montante total da obra, que estava previsto executar; disse que a Secretaria de Obras pode falar mais sobre o quantitativo financeiro; mas nada impede de que, caso seja um valor maior que quatro milhões, que os valores sejam redirecionados. Disse querer deixar claro se tratar de uma ação técnica de inserção de ação programática. A discussão de valores vai conforme a execução da obra, sendo dois milhões oriundos do contrato de execução de serviço através do Consórcio Cimvalpi e mais dois milhões da reserva de contingência, sendo quatro milhões remanejados dentro do orçamento vigente para a abertura da ação programática. Colocou-se a disposição para sanar dúvidas. O Vereador Manoel perguntou se, dos quatro milhões cedidos, todo o recurso foi utilizado, ao que o Sr. Marlon pediu esclarecimento sobre a data da votação, se essa foi realizada no início de dois mil e vinte e um ao que o Vereador Manoel disse ter sido votação referente ao crédito suplementar a ser destinado à parte interna da UPA, ao que o Sr. Marlon disse que as Secretarias de Obras e Saúde poderiam responder, pois elas acompanham a execução financeira da obra, do ponto de vista de cronograma físico-financeira. O Vereador Manoel deu início aos questionamentos, sendo o primeiro o valor do crédito suplementar e reiterou sua pergunta sobre o uso dos recursos já cedidos. O Vereador Marcelo disse que, lhe parece que na votação de dois mil e vinte e um referente à retomada das obras da UPA, ficou bem claro para todos os Vereadores que aquele



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

recurso destinado à UPA era para terminar toda a parte interna da mesma e que, no momento, votou contra, porque não concordava com a redação do projeto; disse ter colocado todas as questões e que não votou contra a UPA, mas da forma como estava redigido o projeto, questionando se os fundos eram suficientes para terminar a UPA de Padre Viegas. Disse que não se terminaram as obras, mesmo todos os Vereadores tendo visitado as mesmas e estando presentes em todas as reuniões a respeito. Disse que o povo não aguenta mais mentira, surgindo vários questionamentos e, saindo a reunião, nada vai para frente. Disse esperar do Sr. Leonardo que as coisas aconteçam, assim como o povo. Disse que as coisas tem de acontecer após discussão; disse que deixaram claro que o recurso era suficiente para a finalização, sendo que nos bastidores outros valores mais altos foram colocados; disse precisar-se esclarecer o que aconteceu no período dessas obras, se tem aditivo, se está tudo pago, se o novo recurso é para iniciar outras execuções, ou se não são os quatro milhões, obras a serem executadas. Disse não saber. Disse ser preciso que fique esclarecido a esta Casa para se que possa cobrar; e que se fale a verdade, se tem ou não como fazer, quais os valores necessários. Disse que haver dinheiro em Mariana, precisando ver isso para poder realmente ter reuniões produtivas, para que o povo acredite. Disse que o Legislativo está junto do Executivo, tendo de haver diálogo e sintonia. Disse querer que o secretariado tenha comprometimento com as ações combinadas, por isso a presença dos Secretários de Obra, Saúde e de Planejamento, para orientar no que será e precisa ser feito e disse aguardar os questionamentos pelo Presidente da Casa. O Vereador Manoel Douglas passou a palavra ao Secretário, reiterando a suficiência do valor para toda a obra, ao que o Secretário corrigiu, dizendo se tratar de crédito especial, não suplementar como consta no ofício. O Sr. Leonardo disse que, em relação ao orçamento deste ano, feito em agosto do ano passado, ele não participou, disse não saber do valor do orçamento por esse motivo e passou a palavra ao engenheiro Sr. Márcio, de sua equipe técnica. O Sr. Márcio cumprimentou a todos e disse fazer jus à palavra do Sr. Marlon, na qual a obra de dezesseis de outubro de dois mil e vinte e um deveria ter sido findada em dezesseis de outubro de dois mil e vinte e dois, porém, visto o acontecimento de intempéries no desenrolar da obra, foi feito um termo aditivo de prazo de cento e oitenta dias, que vence em meados de março desse ano. Entre essas ocorrências, entrou o muro da UPA, atrasando o muro da UPA, atrasando significativamente a conclusão da obra. Em quatorze de outubro de dois mil e vinte e dois, face isso, a protelação do termo de aditivo para conclusão das obras internas à UPA, face a esses quatro milhões, cinco se fazem necessários. Nesse meio tempo, com a troca do Secretário, o Sr. Jhonatan que assumiu a pasta agora, tende a revisar o projeto e indicar a melhor metodologia a ser implantada já que, o Sr. Danilo, Secretário anterior, tinha uma visão da UPA, que é maior que o João XXIII, sendo uma mega construção. As diretrizes da Saúde serão acatadas e, referente a essas diretrizes é que serão estipulados os orçamentos; disse ter os valores em mãos e reiterou a solicitação da Casa, encaminhada à Secretaria de Obras no dia vinte e sete, sendo que a secretária não fez o repasse do documento. Disse ter estado presente na reunião da segunda-feira e assim, tem os documentos relativos à UPA todas as medições relatório fotográfico, a ser entregues e, as explanações a serem feitas hoje, serão entregues documentalmente à Casa. Respondendo ao primeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

questionamento, os quatro milhões não terminam a UPA, mas dentro disse valor há um reequilíbrio não-pleiteado no orçamento de outubro, e a outra parte de um milhão e seiscentos faz parte do reequilíbrio, que aí, sim, é necessário o aval da Secretaria Saúde decidirá se vai ser feito ou não. Disse que a Secretaria de Obras faz o que é solicitado por outras secretarias, não criando demandas de obra. O Vereador Marcelo disse ter entendido que, dos quatro milhões já devem um milhão e seiscentos. O Sr. Márcio disse que passaria os valores exatos: de reequilíbrio, um milhão, quatrocentos mil, novecentos e setenta e sete reais e dezoito centavos e de termo aditivo, um milhão, seiscentos e quarenta oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos isso dá três milhões e pouco, mais a medição da UPA, que é a final. Disse que o reequilíbrio já foi aprovado ao que o Sr. Marlon assentiu. O Vereador Marcelo perguntou se está devendo a empresa, ao que o Sr. Márcio disse que o reequilíbrio, sim, deve ser pago nessa dotação especial, no valor de um milhão, quatrocentos mil novecentos e setenta e sete reais e dezoito centavos. O Vereador Marcelo perguntou se já foi executada a obra referente a esse valor, ao que o Sr. Márcio assentiu e disse que o reequilíbrio trata de quando se executada a obra e se pede termo referencial do que foi executado. O Vereador Marcelo disse querer entender: ao ter uma obra em andamento, sendo responsabilidade da Secretaria de Obras e da Saúde a execução da mesma, sendo que a dotação é responsabilidade da Secretaria de Saúde. Assim, havendo pedido de reequilíbrio pela empresa, vem à Casa pedido de quatro milhões para autorizar, sendo que as Secretarias de Obras, Saúde e Planejamento são as envolvidas nesse processo e sabiam haver obra em andamento, sendo que o argumento é ela não estar inclusa no orçamento do presente ano, votado em agosto, sendo que o prazo do reequilíbrio da UPA foi em quinze de setembro, ao que o Sr. Márcio corrigiu, dizendo que o pedido de reequilíbrio foi feito em vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois, só tendo sido aprovado após a votação o orçamento, por isso não está incluso no mesmo, tendo sido aprovado em dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo ficado um ano para aprovar o reequilíbrio. O Vereador Marcelo disse ser um absurdo a empresa esperar um ano para receber, e opinou haver algo errado. Disse que o orçamento de dois mil e vinte e dois chegou à Casa em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois e o substitutivo desse orçamento em quinze de agosto de dois mil e vinte e dois, tendo havido em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois, a última votação de orçamento. Disse que, “no apagar das luzes” é que isso aconteceu. Questionou o que há de errado, se é o que está na pasta, se é a empresa, pois um ano é um absurdo de espera. Disse precisar ouvir a empresa para resolver a situação e que a população precisa saber; disse dar credibilidade a todos os Secretários e, ao chegar em reunião, ouve isso; disse ser difícil explicar ao Município esse tipo de espera de um ano. Disse acreditar que as coisas vão funcionar, mas não funcionam. Perguntou há quantos anos a obra está em execução e disse não haver justificativa para a mesma não estar no orçamento. Pela ordem, o Sr. Edvaldo pediu ao Sr. Márcio que explicasse essa espera de um ano, porque ligou para o Procurador, que disse que seu tempo de espera foi de um dia. Pela ordem, o Sr. Erivelton esclareceu que a Secretaria de Planejamento não participa da fase de análise de reequilíbrio econômico-financeiro e a segunda coisa, em relação ao orçamento ter sido esquecido, ele não o foi, mas que trabalha com dados oficiais, que indicavam o fim



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

da obra em dezembro. Inclusive, como citado pelo Sr. Márcio, o primeiro termo aditivo da obra foi no dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e dois, ou seja, quinze dias após o protocolo do orçamento chegar a esta Casa. O Vereador Marcelo lembrou que o orçamento chegou nesta Casa em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois, votado em primeira instância; depois, esperaram de agosto a dezembro do mesmo ano e disse que, quando chegou a esta Casa um substitutivo e, na semana seguinte, outro substitutivo; disse que na semana do dia vinte e dois de dezembro do ano passado, foi que votaram em segunda e terceira votação o orçamento, faltando para findar o ano, nove dias. O Sr. Erivelton ressaltou não haver pedidos das Secretarias de Obras ou Saúde, que executa o que as secretarias pedem e nada impede que a Câmara que identificassem essa demanda pudessem ter proposto uma emenda ao orçamento. O Vereador Marcelo pediu que confirmasse a informação, ao que o Sr. Erivelton confirmou. Com a palavra, o Sr. Márcio disse que, sobre o reequilíbrio, esse entrou na demanda de Secretaria de Obras, na gestão do Sr. Marcelo Henriques, o funcionário responsável pelo reequilíbrio foi o efetivo Sr. Carlos, devendo chamá-lo para esclarecer o atraso, com concordância do Vereador Manoel. O Vereador Marcelo também concordou e requisitou visita técnica na UPA, para verificar a situação. O Vereador Pedro quis contribuir com a colocação do Vereador Marcelo e disse que, em reunião com os Secretários, levantou a questão do muro da UPA, questionando qual valor foi gasto, qual foi orçado, se já houve aditivo; e questionou se o Secretário de Obras estava em posse dessa informação e se não tivesse, que trouxesse na reunião do dia seguinte, e disse querer saber o destino do dinheiro a ser aplicado na UPA, para a obra terminar o mais rápido possível; disse que uma grande preocupação é o que foi comentado em reunião prévia sobre a equipagem de material, por estar-se falando de obra, mas deve-se saber se os serviços prestados terão qualidade e se vai ter planejamento financeiro para arcar com todas as despesas referentes ao funcionamento da UPA. Pela ordem, o Sr. Marlon reiterou tratar-se de abertura crédito especial, não crédito suplementar para reforço orçamentário, se daqui para frente vai apresentar demanda maior ou menor a aprovação desse PL é de suma importância para poder inserir ação no orçamento, pois esse pleito de reequilíbrio e as medições que virão para os próximos meses sequer poderão ser processadas se não tiver esse valor dentro do orçamento vigente, sendo uma questão técnica; se fosse questão financeira, seria discutido um crédito suplementar. O Vereador Manoel reiterou a pergunta inicial e disse que, mesmo os quatro milhões votados pelo Vereador Marcelo que seriam destinados à parte interna não seriam suficientes, ao que o Sr. Márcio disse precisar conversar com o Secretário Sr. Jonathan para indicar, pois o projeto existente para terminar a UPA, o que será terminado dentro da UPA não é passível de aprovação, é possível haver modificações internas, precisando do projeto final. Vereador Manoel perguntou se não há o projeto final, ao que o Sr. Márcio disse que com as devidas alterações não. Com a palavra, o Secretário de Saúde cumprimentou a todos e disse que, sobre a questão da UPA, em sua opinião, os questionamentos feitos, foram encaminhados para que se deem informações hoje, pelo seu entendimento, o que o ser de Planejamento está colocando são questões que não tem relação direta. Pelo que o Sr. Marlon tem falado é uma questão de abrir esse crédito no orçamento porque não tem como dar continuidade à obra, nem pagar aditivo, nem pagar



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

o reequilíbrio ou o que estiver sendo executado agora ou foi no final do ano passado, não existe essa dotação orçamentária no orçamento da Secretaria da Saúde; outra questão que achou ser para outro momento, eles tem todo o histórico da obra, do qual estão se inteirando e disse que essas informações podem ser apresentadas em visita técnica, mas achou importante destacar ser uma questão simples de conta, tem pedido pleiteado o reequilíbrio, que foi passado em torno de um milhão, quatrocentos mi novecentos e setenta e sete reais e dezoito centavos, com um aditivo pleiteado no valor de um milhão, seiscentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos, estando em torno de três milhões. O Vereador Manoel perguntou se essas discussões dos valores e projetos, nada impede votar o orçamento especial para que se volte a ter discussão, a exemplo a reunião do dia seguinte. Concordou com a preocupação do Vereador Marcelo em ter a UPA pronta. Disse ser necessário entender o que é preciso para terminar a obra, nunca foi apresentado para essa Casa o projeto final da UPA, e que sua falta foi sentida durante a pandemia e que se iniciam projetos sem saber o que acontecerá futuramente, que logo vão pedir mais quatro milhões, mais cinco mais dez. Disse precisar de estudo de viabilidade de funcionamento e conclusão também, precisando discutir junto aos vereadores. O Sr. Marlon agradeceu pela ponderação, nada impede que se voltem à Casa discuti seus valores. Disse que, apesar d ser uma obra nova essa obra tem algumas características técnicas de caráter de reforma, pois muita coisa executada no início da mesma se deteriorou com o passar do tempo; e, para deixar uma reflexão, se numa obra nova a legislação já permite vinte e cinco por cento de aditivo dentro do escopo inicial, e no caso de reforma, cinquenta por cento - voltando a dizer, não é uma reforma, mas possui características de reforma - é impossível que desde o início dessa retomada que as secretarias tivessem o valor exato para a conclusão dessa obra e haverá circunstâncias que vão aumentar o prazo de execução ou aditivos quantitativos e colocou a Secretaria de Planejamento à disposição para retomar as discussões em relação aos valores aportados para a conclusão. O Vereador Manoel prosseguiu com a leitura das perguntas, com relação à fase atual do projeto, ao que o Sr. Márcio disse que o projeto inicial licitado se encontra concluso. O Vereador Manoel perguntou o que falta para a parte interna, ao que o Sr. Márcio disse haver um dilema, faltando forro e piso, mas precisam no termo de aditivo fazer o contraventamento; realizando o contraventamento, ele precisaria ou estragar o piso, ou tirar o forro, estando nesse embate; esse contraventamento apareceu depois que o reforço do muro foi iniciado e os estudos geológicos e pareceres técnicos embasam essa licitação. O Vereador Manoel perguntou qual o valor estimado para concluir toda a obra, interna e externa, incluindo estacionamento e pátios, ao que o Sr. Márcio disse ser outro item tocante a uma licitação da parte externa, sendo por alto, tem torno de dez milhões para terminar tudo, como estimativa. Com a palavra, o Vereador Ricardo deu exemplo de construção de casa, e perguntou quando foi feito o projeto, qual era a estimativa inicial e qual o valor se encontra até o momento, ao que o Sr. Márcio disse ter chegado à Cidade no ano passado, não tendo todas as licitações e, a primeira licitação foi alvo de CPI, a segunda licitação no valor de cinco milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos e hoje, a obra se encontra, sem aditivo, no valor de cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil, dois reais e quarenta



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

e oito centavos; já houve aditivos, sendo o primeiro em quatro de março do ano passado, em que o projeto era deficiente e o Secretário achou necessárias algumas modificações. Esse aditivo foi um dos alvos dessas modificações; nada mais interessante do que se pensar a UPA na totalidade e fazer um projeto final, aprovado pela Anvisa, para que consiga ter o valor real final. O Vereador Manoel disse ser exatamente esse o pedido dos vereadores. Disse virem discutindo desde o início e que há o embate dos valores, sem apresentar os projetos, ficando preocupados com a viabilidade da UPA e sua conclusão; disse ser isso que queriam discutir naquela época; disse que discutirão posteriormente e farão o trabalho de voltar à questão da UPA, com todas as informações necessárias e trabalhar em cima do projeto, apresentando o que deve apresentar de verdade, sendo que a obra se encontra às vésperas de conclusão, mas a Cidade não mais recursos. O Vereador Marcelo disse que, como foi falado, em relação ao crédito especial e, se o projeto passar uma semana na Casa não culminaria em atraso, visto já ter ficado parado por um ano. Disse ser necessário trazer a empresa e quis saber a opinião da Procuradoria do Município; disse precisar de informação e que não votaria nada de qualquer jeito, que fique claro na Casa. Disse que o Vereador José Sales deve estar indignado, por entender de obras. Parabenizou o Vereador Ricardo em suas colocações. Solicitou que se marque reunião com a empresa para a próxima segunda-feira e visita técnica ainda essa semana; disse que o Município ganha muito com essa sintonia Legislativo-Executivo. Pela ordem, o Sr. Jonathan perguntou se o Vereador Marcelo estava condicionando a visita à votação do projeto atual, ao que o Vereador Marcelo disse querer ver a situação em que se encontra a obra, e só daria o voto após realização da visita, por querer verificar *in loco*. Disse estar presidindo a Comissão de obras desde janeiro e, por esse motivo, não realizou visita antes. Com a palavra, o Sr. Edvaldo pediu ao Vereador Marcelo que reconsiderasse, para que se liberasse a Comissão para votar, já que se tratava só de crédito, não tendo prejuízos para as secretarias ou reuniões, só para não atrapalhar o andamento de todo o processo. Disse ser profícuo já se liberar para a votação da Ordinária, ao que o Vereador Marcelo disse que gostaria de acatar o pedido do Secretário, mas infelizmente, não há dúvidas apenas suas, mas de todos; disse não adiantar votar um projeto que, chega-se à tarde para discutir em primeira discussão, o que iria para a próxima semana de qualquer maneira; disse que esse atraso não prejudica o Município, e reiterou o absurdo do atraso de um ano. Disse que, junto dos colegas vereadores, deve verificar o que está acontecendo; disse ser uma questão de segurança para o Executivo, que corroboraria suas ações. Opinou ser melhor votar na segunda-feira. O Vereador Manoel disse estar presidindo a Comissão de Finanças pela primeira vez e que tem dúvidas sobre o artigo 67, e queria fazer dentro da legalidade, se a Comissão tiver algum pedido, lhe pareceu que o prazo de prorrogação de parecer só poderia acontecer uma única vez, com prazo não superior e perguntou ao Procurador como fazer, para não ferir um artigo e não ter sanções, além de atender ao Vereador Marcelo, mas dentro do regimento interno. O Dr. Corjesu respondeu que o artigo 67 é muito claro: o projeto fica na comissão por oito dias para emitir parecer, mas mediante uma dúvida de Vereador, o projeto não está em dormência; enquanto ele estiver apto, cabe a prorrogação de oito dias. O Vereador Marcelo agradeceu e deixou claro que todos estão fazendo esse pedido, não só ele. Agradeceu ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Dr Corjesu e reforçou seu pedido de espera. Pela ordem, o Vereador José Sales reforçou a palavra do Vereador Marcelo, opinou que esse período de oito dias, deve-se apresentar na quinta-feira uma planilha básica sobre o que falta terminar nas partes interna e externa. O Sr. Márcio disse não possuir planilha com os valores exatos, mas um memorial descritivo do que poderia ser o pátio externo, tendo avido discussões a respeito da possibilidade de implantação de lojas, mas prometeu levar informações. O Sr. Jonathan disse haver algumas coisas que não queria trazer no momento por não ser objeto de discussão, apesar de entender o pleito do Vereador Marcelo, visto ser uma discussão que já vem acontecendo e disse não saber como foi protocolado na Casa anteriormente à suplementação, mas de toda forma, disse ser conveniente reiterar o pedido de reconsideração ao Vereador Marcelo por acreditar que a visita de quinta-feira, com os valores e pedidos não serão suficientes para a conclusão do projeto em discussão. Para reiterar, contou terem feito reunião com a Secretaria de Obras e todas as coordenadorias que participaram do projeto da UPA, junto da empresa que estava cuidando do projeto, para realizar essas adaptações, tendo sido lavrada ata sobre isso e disse em última reunião que não teve contato com a devolutiva, para que se tenha noção mais exata do valor final da obra. Ressaltou tratar-se de proposta de alteração de alguns itens não tão relevantes, mas condicionantes de se habilitar a UPA dentro do Ministério da Saúde e ressaltou que a discussão não tratou em momento algum da área externa, seja paisagismo, acesso, etc.; tocou-se no assunto, e opinou que a Secretaria de Obras sequer tem projeto ainda, o que provavelmente deve ser objeto de uma licitação específica. O Vereador Manoel disse que questionaria a seguir e disse que naquela semana não teria tempo suficiente para levantar-se a questão e, na próxima semana teria que ser de acordo, depois dessa reunião, que tenha todos esses levantamentos para a próxima segunda, sendo uma questão orçamentaria, e disse pensar se tratar de uma questão de segurança, que devia ter sido resolvido há mais tempo e vem protelando desde dois mil e vinte e um e nunca foi apresentado o projeto de conclusão. Pela ordem, o Sr. Marlon disse haver uma questão técnica nessa discussão, que se precisava ressaltar, no sentido de que estava-se discutindo um projeto de lei de natureza orçamentária, com foco o artigo 41, inciso 2º, da Lei N.º 4320/64, não com foco no inciso 1º da mesma lei, não sendo crédito suplementar, mas o crédito especial, fala que reiterou, por conta do risco que se estava assumindo por conta da continuidade das obras; disse entender que os vereadores estavam cumprindo seu papel, dentro do regimento desta Casa, alertando com base na fala do próprio Secretário de Saúde, o risco que estão assumindo, pelo fato de não conseguirem acessar as medições e processar o reequilíbrio econômico-financeiro, aprovado pela Procuradoria do Município e Secretaria de Obras, dentro do orçamento do corrente ano; acrescentou querer esclarecer que, quando o Sr. Jonathan disse que a visita técnica, deve ser feita e ter o acompanhamento de perto, afirmou que não haveria naquela semana uma projeção do valor final, por haver uma licitação nova a ocorrer, como o Sr. Márcio apontou, que sequer ocorreu ainda, e só saberão do valor depois que a licitação da parte externa da UPA acontecer, em que pese a Secretaria de Obras ter o orçamento, que se trata de uma estimativa, quando entra no momento da concorrência pública, da tomada de preço, “sabe-se lá qual modalidade será”, provavelmente sendo concorrência pública, pois a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Lei N.º 8666/93 acaba no final desse mês, quando será revogada, restando uma concorrência pública “no bojo” da Lei N.º 133/2020 e só saberiam o valor de fato quando a licitação acontecer, sabendo também o desconto que será dado, de acordo com a planilha de referência, e o valor será apurado. Daí se saberá o que falta para terminar no prédio, na edificação em si, e ter o valor da obra, ainda assim, considerando as possibilidades de aditivo, supressivo e acréscimo. Com a palavra, o Vereador Marcelo concordou com o Secretário, dizendo que não se resolve em uma semana, mas que quer exatamente provocar discussão, porque, desde quando foi votada a retomada da UPA, nunca foi apresentado projeto. Questionou a que risco o Sr. Marlon se referiu, pois não estão prejudicando ninguém, o pior já fizeram, que foi o tempo de espera de um ano. Concordou com o Secretário em relação ao término da obra e que se sabe da necessidade de licitação; porém, disse que se abre crédito especial de quatro milhões, insuficientes; disse que devem-se licitar o necessário, não podendo ficar mais um ano esperando a UPA e as UTI's que estão sendo construídas são mais um problema futuro. Disse ter votado favorável ao hospital, mas já tem preocupação de como isso ficaria futuramente. Ressaltou a importância da visita técnica, e disse entender não ter o projeto todo pronto, por ter uma série de fatores, como questões de legislação; disse que se votam os quatro milhões e todos ficam quietos, chegando mais pedidos de crédito futuramente. Disse precisar planejar melhor, mas que a espera de uma semana não oferece riscos; disse que qualquer vereador tem direito às suas dúvidas, que é para isso que serve o momento da discussão e que deve-se ter zelo com o dinheiro público, para dar qualidade de vida ao povo marianense; o povo está cansado, porque não vê ações, ao que o Vereador José Antunes concordou, completando que, em dezembro foi dada a ordem de serviço da UPA de Padre Viegas, que também é o desejo de todos, e que deve-se trazer o projeto da mesma, contemplando todas as necessidades, para que a situação não fique como a da UPA São Pedro. O Vereador Manoel disse querer deixar suas considerações em relação ao projeto, disse ser favorável à obra da UPA, há muito tempo que se vem discutindo isso na Casa, como chegou o projeto da última vez, tendo preocupação; disse que não faria nada para atrasar a obra, mas para contribuir, já que é sonho da população há anos ver aquela UPA funcionando. Disse que o único motivo de se poder falar algo para a UPA é para discutir algo que gerará resultado na obra. Disse não entender haver dano em relação a essa obra, mas que tem de discutir de acordo e disse querer saber se uma semana seria um problema no planejamento da UPA. O Sr. Jonathan disse ser necessário levar em consideração que as respostas a serem apresentadas na quinta-feira não responderiam o suficiente para que se passe o projeto em discussão, que são coisas distintas. Disse precisar levantar as informações sobre a UPA e que o maior prejudicado é o empreiteiro; o Sr. Leonardo, ao ser questionado pelo Vereador Manoel, concordou com o Sr. Jonathan, assentindo não atrapalhar. O Vereador Manoel disse serem pertinentes as cobranças e que se discute o projeto há mais de um ano, sem apresentá-lo. Confirmou a presença de todos para a reunião da segunda-feira próxima e visita da quinta-feira, às quatorze horas. O Vereador Marcelo disse que, quando o Vereador Manoel disse não ser contra, essa é a vontade de toda a Casa, mas o que se quer é transparência. Pela ordem, o Vereador José Sales disse que ninguém é contra a obra, mas sem o projeto construtivo, ela vai parar. Perguntou como se daria



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

continuidade a obra sem projeto e disse querer tirar essas dúvidas com a empresa na visita, disse que a parte interna está sem projeto. O Sr. Jonathan disse que o tempo necessário para fazer as adequações, adaptações e atualizações do projeto - sendo que existe projeto executivo, já que não se pode realizar ordem de serviço sem o mesmo -, não havendo projeto para a conclusão da mesma, que deve receber nova licitação, mas não se tem ainda o valor final para o entorno, essa licitação final para que se habilite a UPA no Ministério da Saúde, ainda não se tem; pode ser que haja um esboço, mas não finalizado para licitação. A parte interna possui projeto, com algumas alterações, das quais não recebeu ainda a devolutiva. O Vereador Ricardo quis se manifestar, concordou com o Vereador Marcelo, disse estar incomodado em discutir a mesma coisa, mas em relação ao projeto, opinou que deveria ir para a pauta da Ordinária. Disse que a UPA de Padre Viegas quase não é discutida, mas já que os secretários disseram que não parariam a obra, acata-se o pedido do Vereador Marcelo e deixou seu voto favorável para que se finalize o assunto na próxima segunda-feira. O Sr. Marlon disse que, se todos concordam, em sentido da conclusão das obras, o primeiro passo inevitavelmente é a abertura do crédito especial, não tendo outra forma, é uma questão técnica e colocou-se à disposição para sanar dúvidas posteriores. Pela ordem, o Sr. Edvaldo perguntou quais as secretarias deveriam vir na segunda, e o Vereador Manoel disse todas as que estavam hoje, mais o Sr. Carlos, da empreiteira. O Sr. Jonathan agradeceu a oportunidade de estar na Casa mais uma vez e disse serem de extrema valia as discussões e que todo o desenvolvimento da UPA será prontamente apresentada à Casa. _ não são alterações estruturais, mas exigências do Ministério da Saúde. O Vereador Manoel agradeceu a presença de todos. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do Povo Marianense", o Vereador Manoel Douglas encerrou a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**